

Implementação do Parceiro da Escola desmontaria a educação pública paranaense, alerta conselheiro do Tribunal de Contas

Pedido de vistas feito pelo conselheiro Maurício Requião adia decisão sobre cautelar e mantém suspenso o programa que pretende privatizar escolas públicas

“Estamos diante de uma trama complexa que, se implementada, será o desmonte da espinha dorsal do sistema de ensino público no estado”. A afirmação do conselheiro Maurício Requião marcou os debates do Pleno do Tribunal de Contas do Paraná, na quarta-feira (27), sobre o programa Parceiro da Escola.

A sessão decidiria sobre a manutenção de medida cautelar concedida pelo conselheiro Fábio Camargo, suspendendo novas contratações para implementação do programa Parceiro da Escola. Pedido de vistas feito pelo conselheiro Maurício Requião adiou a decisão sobre a cautelar, mas a sessão possibilitou bom debate sobre a tentativa de Ratinho Jr de privatizar 204 escolas da rede pública paranaense.

Até a análise do Pleno, o Programa Parceiros da Escola continua suspenso.

“Isso é um escárnio que estão fazendo com as escolas, o que estão fazendo e o que querem fazer”, disse durante a sessão o conselheiro Fábio Camargo, que em decisão no dia 14 de novembro suspendeu novas contratações para implementar o Parceiro da Escola.

Maurício Requião alertou que a Secretaria da Educação segue com a implementação do programa, a despeito da decisão de Camargo. “Soube até que já temos uma empresa credenciada. V.Excia suspendeu os procedimentos, mas não foram suspensos, continuaram em andamento”, disse.

“Eu me sinto particularmente afrontado pela maneira como está sendo conduzido esse programa”, disse Requião. Segundo ele, a licitação do projeto-piloto, com duas escolas, foi feita pelo Paranaeducação, que é uma organização social e não poderia fazer esse tipo de procedimento.

“Não cabe ao Paranaeducação licitar privatização. Disseram que era um projeto-piloto, mas não temos acesso a sequer um relatório do projeto-piloto, não há uma informação. Nossa Inspeção buscou informações e não foi atendida. Mesmo assim, seremos coniventes?”, disse. Requião recomendou aos conselheiros que



Foto: Divulgação Tribunal de Contas do Paraná

Parceiro da Escola: DIGA NÃO! Pedido de vistas feito pelo conselheiro Maurício Requião adia decisão sobre cautelar e mantém suspenso o programa que pretende privatizar escolas públicas. A sessão decidiria sobre a manutenção de medida cautelar concedida pelo conselheiro Fábio Camargo, suspendendo novas contratações para implementação do programa Parceiro da Escola. Até a análise do Pleno, o Programa Parceiros da Escola continua suspenso.

leiam com muita atenção o edital do Parceiro da Escola. “O que se diz publicamente é que queremos facilitar a vida dos diretores de escola, tão atarefados. ‘Vamos liberar o diretor e contratar uma pessoa jurídica para cuidar da parte administrativa’. É uma ideia simpática. Por que não?”, afirmou. “A verdade é que está sendo transferida para as empresas a gestão de cada uma das escolas desse lote”, completou.

Segundo o conselheiro, o Parceiro da Escola é apresentado pelo governo do estado como projeto de gestão administrativa e financeira. “Como uma empresa privada vai administrar finanças públicas? Vamos dar a empresas o direito de administrar as finanças das escolas, da educação?”, questionou.

A participação das empresas contratadas na gestão das escolas vai muito além do administrativo, apontou Requião. “As empresas comprarão os livros que serão usados nessas escolas, contratarão os professores, na medida da vacância, comprarão o material paradidático. Isso é textual. Contratarão professores, em afronta direta à Constituição Federal”, disse.

Requião criticou o fato de a seleção das empresas estar sendo feita por cadastramento, quando a lei determina que seja feita por licitação.

GT de Saúde do FES cobra da Seap melhorias no atendimento do SAS e da Perícia Médica

O Grupo de Trabalho de Saúde do Fórum das Entidades Sindicais (FES) se reuniu com chefias da Secretaria da Administração e da Previdência (Seap) para cobrar do governo o atendimento de uma série de demandas relacionadas ao Sistema de Assistência à Saúde (SAS) e a perícia médica.

Durante o encontro realizado na quarta-feira (27), representantes sindicais destacaram a necessidade de ampliação dos exames e procedimentos oferecidos pelo SAS. As opções disponíveis atualmente são consideradas defasadas e insuficientes para atender as demandas dos trabalhadores.

Para resolver dificuldades enfrentadas pelo funcionalismo atendido pelo SAS na região de Maringá, foi solicitada a divulgação das clínicas conveniadas pelo Hospital Bom Samaritano e urgência no atendimento de consultas eletivas e com especialistas.

Sobre a perícia médica, foi pontuado que os servidores não podem continuar sendo atendidos por peritos que desrespeitam a condição de adoecimento dos trabalhadores. Os dirigentes reiteraram a cobrança de um procedimento humanizado.

Respostas

Sobre o SAS de Maringá, a chefe do Departamento de Saúde do Servidor (DSS), Andressa Sera Todeschini, garantiu que a partir de 1º de dezembro o hospital vai agendar as consultas clínicas e, se necessário, fazer encaminhamento a especialistas.

Em relação às clínicas que vão atender pelo SAS, afirmou que a relação será disponibilizada em dezembro.

Quanto à perícia médica, o chefe da Divisão de Perícia Médica (DPM), Rafael Augusto Bertuol, prometeu medidas para oferecer um atendimento humanizado.

Os servidores foram representados pela secretária de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, Tereza Lemos, o advogado da APP, Germano Sureck, pelo vice-presidente do Sindarspen, Ivólcir Bomfim, e pelo presidente do Sindseab, Roberto Carlos P. de Andrade e Silva.